

## Entre Museus e Memórias: Reflexões Antropológicas sobre Cultura e Identidade Travesti<sup>1</sup>

Sol Alves de Lima (PPGAS/UFRN- Brasil)

Palavras-Chaves: Memória social das Travestis; Museologia social; Estudos pós-coloniais

Neste trabalho discuto, a necessidade de representação das travestis nos espaços museológicos, destacando a importância de uma abordagem inclusiva para superar essa lacuna histórica. Inserido no contexto da museologia crítica e dos estudos pós-coloniais, o texto propõe reflexões sobre como os museus podem desafiar hierarquias de poder históricas e promover uma narrativa mais diversa e representativa. Destaca-se o papel crucial da memória social das travestis como forma de resistência e afirmação de identidade, bem como a necessidade de reconhecimento e preservação de suas histórias e culturas. Por meio de exemplos como o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) e Arquivo de Memória Trans Argentina (ATM), o trabalho enfatiza a importância de garantir às comunidades travestis e confrontar as injustiças históricas dentro dos espaços museológicos.

A Nova Museologia é um movimento abrangente e inovador que emergiu com força a partir da década de 1980, promovendo uma renovação significativa no papel dos museus e destacando a centralidade das comunidades no contexto museal. Esse movimento representa uma transformação nos museus do século XX, desenvolvendo-se como uma resposta às práticas tradicionais e buscando tornar os museus mais relevantes e engajados com as comunidades.

Entre as influências importantes desse movimento, de acordo com Desvallées (1989), destacam-se a Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972 e organizada pela Unesco, que discutiu o papel dos museus na América Latina e teve um impacto significativo na definição da Nova Museologia. As Jornadas de Lurs (1966) e o colóquio "Museu e Meio Ambiente" (França, 1972), junto com a Declaração de Quebec (1984) e a criação do MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024); O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

também foram momentos fundadores desse movimento. Além disso, os escritos de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine, responsável pela criação do termo "ecomuseu" e diretores do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 1946 e 1962, respectivamente, foram influências fundamentais.

A partir desse movimento, vai além ao questionar as estruturas de poder dentro dos museus. Inspirada por teorias como as de Freire (1968), com sua teoria da educação libertadora, influenciou as discussões no campo da Nova Museologia, tendo contribuído para os debates interdisciplinares produzidos nos anos 1960 a 1980. A Nova Museologia busca desafiar normas institucionais e promover uma reflexão crítica sobre as narrativas históricas. Essa abordagem enfatiza a importância de reconhecer e desafiar as desigualdades e injustiças, propondo uma reavaliação das práticas museológicas para tornar os museus agentes ativos de transformação social.

Este texto propõe refletir sobre o papel das travestis na museologia, buscando apresentar formas de superar a ausência dessas identidades nos espaços museais, a partir de iniciativas como o Arquivo Trans e o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA). A museologia social das travestis é uma abordagem que visa tornar os museus mais inclusivos e representativos, destacando suas histórias e memórias e contribuições culturais. Inspirada pela Nova Museologia, ela promove a participação ativa da comunidade travesti na criação das exposições e desafia estereótipos, engajando-se com questões sociais contemporâneas.

O método, empregado nesta pesquisa, é de natureza exploratória, focado na apresentação de arquivos em museus como o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) e o Arquivo da Memória Trans (ATM). A escolha de focar no Museu Transgênero de História e Arte, e no Arquivo da Memória Trans se deve ao papel único e significativo que essas instituições desempenham na preservação e promoção das memórias da comunidade travesti. As motivações que me levaram a realizar este estudo partem do desejo de aprofundar os estudos sobre memória social, com enfoque específico nas memórias da travestilidade. Além disso, este estudo faz parte da minha dissertação de mestrado, que estou desenvolvendo.

Os estudos pós-coloniais como campo acadêmico começaram a ganhar destaque nas décadas de 1970 e 1980, especialmente em contexto pós-independência em países anteriormente colonizados. No entanto, suas raízes podem ser traçadas até

períodos anteriores, com influência de teorias críticas, estudos culturais e movimento de libertação nacional. (BHABHA, 1998); (QUIJANO, 2005); (SAID, 2007). Os estudos pós-coloniais e os museus se manifestam na análise crítica das representações culturais dentro dessas instituições, levando em consideração as complexas interações entre raça, gênero, etnia, território, classe e as múltiplas formas de identidade e opressão. Isso implica examinar como as narrativas expográficas nos museus refletem e perpetuam hierarquias de poder históricas, bem como as experiências de diferentes grupos sociais são representadas e interpretadas.

A integração das ideias de Vergès (2023), Fanon (1961) e Collins (2006) oferece uma abordagem abrangente para enfrentar a opressão. Vergès e Fanon defendem a transformação das instituições hegemônicas, como os museus, para que elas abordem questões antirracistas e antitransfóbicas, promovendo uma verdadeira decolonialidade. Por outro lado, Collins destaca a importância da autoavaliação e autodefinição para indivíduos subordinados, como as travestis, como formas de resistência contra a desumanização e construção de identidades afirmativas. Juntas, essas perspectivas sugerem que reformas institucionais e a capacidade de autoafirmação são interdependentes: instituições mais inclusivas criam um ambiente propício para a autoafirmação, enquanto a resistência individual reforça a necessidade e eficácia dessas transformações.

Conforme Collins (2006), os conceitos de autoavaliação e autodefinição são fundamentais para resistir à desumanização dentro de sistemas de dominação. No contexto das travestis, esses conceitos ganham importância ao permitir que elas valorizem sua própria consciência e ponto de vista autodefinido, em oposição à imagem objetificada que é imposta sobre elas. Nesse sentido, Nascimento (2021) destaca que, como travesti, enfrentou desde a infância o machismo e o sexismo, que limitavam sua capacidade de autodefinição ao não se reconhecer no papel de gênero masculino imposto. De acordo com Passos (2022), a transformação social só se torna viável quando há um autorreconhecimento crítico, que é entendido como uma construção gradual. Ela enfatiza que esse processo é essencial, pois segue a premissa freiriana de que a consciência crítica não pode ser imposta a alguém, mas deve ser cultivada internamente por meio da reflexão e da experiência pessoal.

A pesquisa de Andrade (2012) no campo da educação, fornece um guia valioso

para compreender as estruturas disciplinares não apenas dentro do ambiente escolar, mas também em outros espaços sociais e educativos, incluindo os museus. A autora ressalta a importância de analisar não apenas as estruturas disciplinares tradicionais, mas também os novos mecanismos de controle e vigilância que emergem nas instituições educacionais e na sociedade como um todo.

O Arquivo de Memória Trans (AMT) é um espaço virtual<sup>2</sup> criado por María Belén Correa e Claudia Pía Baudracco, ativistas trans, para reunir e preservar memórias, imagens e documentos relacionados à comunidade trans Argentina. Fundado no exílio por Correa após a morte de Baudracco em 2012, o AMT tem como missão compilar e proteger um acervo documental abrangente que remonta ao início do século 20 até a década de 1990, abarcando uma variedade de mídias, como fotografias, filmes, gravações sonoras e documentos pessoais. Com mais de 15.000 documentos, o AMT busca se estabelecer como uma referência à memória coletiva das identidades trans na Argentina, adotando uma política documental que combate a transfobia e promove a inclusão social e educacional de pessoas trans<sup>3</sup>. O Arquivo também serve como um espaço colaborativo envolvendo diversos profissionais, incluindo artistas, arquivistas, historiadores e educadores, visando conceber projetos inovadores que abordam questões relacionadas à identidade de gênero e à luta contra a discriminação trans. A equipe atual do AMT é composta por uma variedade de membros dedicados à sua manutenção e desenvolvimento contínuo

É relevante destacar, ainda, o trabalho realizado pelo Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA)<sup>4</sup> Criado pelo pesquisador e artista Ian Habib. É uma iniciativa de âmbito virtual e nacional, sendo composto por braços de ação em cada um dos estados brasileiros, com finalidade pública, comunitária e autônoma – ou seja, o centro cultural é administrado por e para a comunidade trans, não contando com nenhum tipo de incentivo governamental fixo. O objetivo principal do MUTHA é criar materiais que contribuam para o Arquivo Vivo, um projeto virtual dedicado à memória pública e à formação de arquivos. Este projeto busca desenvolver e integrar conteúdos que enriqueceram o Arquivo do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA),

---

<sup>2</sup> Para mais informações, veja o Arquivo de Memória Trans: <https://archivotrans.ar/index.php>.

<sup>3</sup> O termo "trans" utilizado no texto refere-se a pessoas trans, incluindo travestis, transgêneros e outras identidades de gênero que não se alinham com o sexo atribuído ao nascimento.

<sup>4</sup> Para mais informações e para se aprofundar nas perspectivas apresentadas, visite o site do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) em: <https://mutha.com.br/sobre/>.

ampliando sua coleção e promovendo a visibilidade e o reconhecimento das histórias e experiências das travestis e de outras comunidades marginalizadas. No trabalho, foram coletadas memórias de 8 mulheres travestis na/da Bahia, em fases diferentes de vida, acima de 35 anos de idade.

O museu foi inaugurado no final de 2022. Representa a primeira área museológica dedicada exclusivamente à população de corpos e gêneros diversos no Brasil. Essa iniciativa é fundamental para promover o reconhecimento e a preservação da história e cultura das pessoas travestis e de gênero diverso, preenchendo uma lacuna significativa no cenário museológico brasileiro e contribuindo para uma narrativa mais inclusiva e representativa da diversidade humana.

### **Memória, Escrita e Resistência: a Luta Travesti por Reconhecimento**

Desde os anos 1980, os estudos sobre objetos materiais em museus, arquivos e coleções tornaram-se estratégicos para a pesquisa e reflexão sobre as relações sociais e simbólicas. Gonçalves (2006) destaca que, a partir desse período, essas instituições passaram a ser vistas como espaços importantes para entender a interação entre a antropologia e diversos personagens, como viajantes, missionários, etnógrafos e nativos.

Brasileiro (2022), por sua vez, desafia a noção de tempo linear que perpetua estruturas de poder e narrativas eurocêntricas. Ao incluir as histórias das travestis, essas instituições questionam as narrativas dominantes, introduzem novas formas de conhecimento e temporalidades, e representam uma resistência às narrativas opressivas, reconfigurando as percepções históricas e culturais. Assim, desde os movimentos pela Nova Museologia, os museus têm evoluído para se tornarem espaços mais inclusivos e equitativos, refletindo uma sociedade mais diversificada e justa.

A memória oficial abrange aspectos políticos, evidenciando um contexto político, histórico, social e econômico que busca o apagamento de comunidades subalternas, como a de travestis, mas que resiste e não é completamente apagada. Embora não sejam legitimadas como parte da história oficial, essas memórias persistem e desafiam a narrativa predominante, que muitas vezes não contempla a diversidade humana. Pollak (1989, p.4) ao abordar estudos no campo da história oral, destaca a

importância das memórias subterrâneas, “que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso da memória nacional”.

Ao analisar acervos, como o do Arquivo Trans e o MUTHA (Arquivo da Memória Viva), fico feliz como pesquisadora e como travesti. Isso é um marco histórico, pois garante o direito à memória que é uma das bases da cidadania a uma narrativa que na maioria das vezes foi negligenciada. Essas histórias beneficiam a todas/os/es, pois contribuem para a compreensão mais representativa da história, como as experiências e perspectivas das travestis em destaque. Nesta perspectiva, Aleida Assman (2011, p. 367) coloca o papel dos arquivos nos seguintes termos: “O arquivo está ligado desde o seu princípio com a escrita, a burocracia a administração e os atos administrativos. O que condiciona a existência de um arquivo são sistema de registro que agem, como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a escrita (...)”

De acordo com Cook (1998), tanto os arquivos pessoais quanto os públicos — sejam de natureza organizacional e oficial, ou individual e pessoal — muitas vezes são criados por razões específicas e de maneira discricionária, com exceção possível dos textos autobiográficos. Esses registros surgem dentro de um contexto, como parte de alguma atividade ou necessidade, seja ela pessoal ou institucional.

Por outro lado, Derrida (2001), sugere que a concepção de arquivo está frequentemente associada ao passado e à tradição, transmitindo uma ideia de herança fechada e garantida. No entanto, Derrida argumenta que o conceito de arquivo deve ser reinterpretado não apenas como algo do passado, mas como algo que está intrinsecamente ligado ao futuro. O arquivo, portanto, não se limita a preservar o passado, mas envolve também uma questão de responsabilidade e promessa para o futuro, representando um compromisso com o amanhã.

De acordo com a teoria dos arquivos proposta por Cook (1998) e Derrida (2001), os arquivos não são meramente repositórios do passado, mas também têm o potencial de moldar o futuro. Para as travestis, isso significa que os arquivos não apenas documentam suas experiências passadas, mas também desempenham um papel ativo na construção de uma narrativa contínua que considera suas contribuições e desafios futuros.



Fonte: Acervo  
(MUTHA)

Ao visitar o acervo do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) no Arquivo Vivo, uma foto em particular chamou minha atenção: a de Fabiane Galvão, uma mulher trans nascida em 1969, atualmente tem 55 anos, começou a descobrir o universo de palco e brilho das noites baianas por volta dos 13 para 14 anos de idade. Ela seguiu sua carreira artística até os dias de hoje, mas também trabalha como diarista para sobreviver, já que o mundo do teatro, boates e casas noturnas, apesar de belo e aplaudido, não valoriza as artistas como deveria. Fabiane sempre fez arte por amor, mesmo recebendo uma remuneração irrisória ou, às vezes, nenhuma. Durante sua trajetória, encontrou grandes pessoas e conquistou palcos que jamais imaginou subir, atuar e participar.

Ela aparece deslumbrante, elegante e fotogênica, olhando diretamente para a câmera (figura 1). Essa imagem despertou em mim um forte interesse, pois ilustra o que estou discutindo neste trabalho: a importância da memória travesti, especialmente quando é contextualizada pela própria pessoa que viveu. É crucial valorizar memórias em primeira pessoa, em vez daquelas que são contadas por terceiros, para capturar a autenticidade e a experiência individual. No texto que acompanha essa fotografia

Fabiane Galvão diz o seguinte:

(...), no decorrer da minha trajetória eu tive grandes pessoas no meu caminho, conquistei alguns palcos, que até então eu nunca imaginei na minha vida de subir, de atuar, de participar e eu consegui. E estou até hoje aqui tentando cada dia resistir às mazelas da vida e pedindo a tudo e a todos que haja um respeito, haja uma compreensão, que as portas não se fechem, que a gente no mundo de hoje com alguns pequenos avanços que a gente tem, que a gente conquistou, mas que esses pequenos avanços se tornem mais pra frente grandes e inúmeros, não fiquem só na questão da retificação, da hormonização, de ter um nome social: você ter direitos assim como qualquer outra pessoa tem. O direito de ter direito. (Trecho retirado do Arquivo Vivo do Mutha).<sup>5</sup>

Fabiane Galvão, através de sua experiência, revela um aspecto do glamour do palco, mostrando seu prazer em estar lá, mas também expõe uma realidade difícil em que o retorno financeiro é escasso. Sua afirmação sobre o direito de ter direitos ressoa fortemente, evidenciando a necessidade de reconhecimento e garantias para essa comunidade. Este tipo de arquivo não preserva apenas histórias pessoais importantes, mas também denuncia a perspectiva limitada da cidadania e a falta de direitos garantidos para a comunidade trans.

O período que Fabiane Galvão deu a entrevista<sup>6</sup> para a equipe do MUTHA foi em um período da pandemia de Covid-19, então ela traz muito essa narrativa da pandemia e da impossibilidade de trabalhar à noite. Em uma parte de sua narrativa, quem lhe entrevistou pergunta como foi pra ela passar pela ditadura brasileira de 1964 a 1985. Ela respondeu que foi de muito sofrimento daquelas pessoas que só queriam ser felizes, mas não podiam, só podiam ser felizes à noite nos guetos. Durante o dia, não se via ninguém na rua, uma travesti ou uma pessoa trans. Ela descreve que na época de 80 e 90 surgiu a questão da AIDS, que pegou muita gente de surpresa, em um período em que não havia muita noção do que se tratava realmente essa doença. Então, em sua perspectiva, ela traz muito a narrativa do que foi vivenciado anteriormente, comparando como é que está o andamento atualmente. Ela destaca os avanços, mas também a necessidade que se tem de continuar avançando.

Figura 2 – Foto de Gabriela Chocobar 24 de maio: Memória, Verdade e Justiça

<sup>5</sup> Disponível em [link: <https://mutha.com.br/2021/05/04/fabiane-galvao>]

<sup>6</sup> Para acessar a transcrição do depoimento de Fabiane Galvão, veja: <https://ah.mutha.com.br/fabiane-galvao/transcricao-video-fabiane-galvao/>.





Fonte: Acervo Arquivo da Memória Trans da Argentina (AMT)

A foto acima (figura 2), de Gabriela Chocobar<sup>7</sup> versa sobre a ditadura na Argentina, é de extrema importância para provocar reflexão crítica. Seu depoimento não apenas documenta um momento histórico, mas também localiza a experiência de uma pessoa travesti durante um período de repressão e violência estatal. Ao compartilhar sua história Gabriela, oferece uma visão íntima das injustiças e violências sofridas pela comunidade travesti durante esse período histórico. Suas palavras destacam a marginalização, o abuso de poder e a falta de proteção por parte das autoridades, bem como a solidariedade e o apoio encontrados entre as travestis em momentos de extrema repressão.

Ao incluir esse relato na discussão sobre a importância da memória travesti, é possível ilustrar como a preservação dessas histórias é essencial para compreender não apenas o passado, mas também as lutas e conquistas atuais da comunidade travesti, como já apontado por Derrida (2001). Além disso, com o reconhecimento do protagonismo dessas experiências, podemos desafiar estereótipos negativos e promover uma maior compreensão em relação às experiências das travestis.

Gabriela Chocobar nasceu em 9 de novembro de 1963, em Concesión Perla del Sur, uma cidade localizada no sul da província de Tucumán, na Argentina. Gabriela é uma das poucas travestis sobreviventes da última ditadura argentina, que durou de 1976

---

<sup>7</sup> Para assistir ao vídeo da entrevista com Gabriele Chocobar, acesse o link <https://archivotrans.ar/index.php/videos/video/2247>. Esta entrevista faz parte do Arquivo Trans, um projeto dedicado à preservação e visibilidade das histórias e experiências das pessoas trans argentinas, e oferece perspectivas valiosas sobre a vida e o ativismo de Gabriele Chocobar.

a 1983, foi um período de governo militar caracterizado por severas repressões e violações dos direitos humanos. Durante esse período, ocorreram detenções arbitrárias, torturas, desaparecimentos forçados e execuções sumárias.

Gabriela Chocobar, sobrevivente da ditadura militar na Argentina, narra sua experiência de repressão e abusos enfrentados pelas travestis. Forçadas a deixar suas famílias e enfrentar prisões, Gabriela descreve condições horríveis nas celas, onde eram expostas, humilhadas e abusadas sexualmente por policiais e presos. Enfrentavam constante desumanização e abusos de autoridade, mas também resistiram à submissão sexual imposta pelos policiais, sofrendo represálias por sua resistência. O testemunho de Gabriela destaca a brutalidade do regime e a irmandade entre as travestis necessária para sobreviver.

A imagem de Gabriela Chocoba segurando uma arma, evoca a obra “Decolonizar o Museu” de Françoise Vèrge que destaca a importância da decolonização do museu e da memória. Nesse contexto, a imagem de Gabriela representa a busca por autonomia e descolonização da memória, permitindo que as travestis reivindiquem sua humanidade e contribuição para a construção da nação a partir de suas próprias perspectivas. Essa interpretação desafia a narrativa oficial — que deslegitima estrategicamente a existência e nega a existência e a importância das pessoas travestis —, promovendo uma memória mais inclusiva e justa.

### **Fronteiras do presente os Interlugares**

A partir de Bhabha (1998), podemos interconectar a ideia do autor sobre viver nas fronteiras do presente e a perspectiva da memória travesti ao considerar como as experiências das pessoas travestis são moldadas por essas condições de transição e fluxo constante. Assim como o autor descreve uma sensação de viver nas fronteiras do presente, as pessoas travestis muitas vezes vivenciam uma existência marcada pela transitoriedade, pela negociação de identidades e pela luta por reconhecimento e inclusão. A memória travesti, neste contexto, pode ser entendida como uma forma de resistência e de afirmação da identidade em meio a essa condição de fronteira. Ao recordar e recontar suas histórias e experiências, as travestis estão reivindicando um lugar na narrativa cultural e desafiando as normas sociais que tendem a marginalizá-las.

Ainda de acordo com o autor, é fundamental ir além das categorias conceituais tradicionais, como classe ou gênero, e reconhecer as diversas posições do sujeito que influenciam a construção da identidade no mundo moderno. Isso implica considerar fatores como raça, gênero, idade, localização geográfica, orientação sexual e contexto institucional. O autor argumenta que é necessário focalizar não apenas as narrativas de subjetividades, mas também os momentos e processos em que as diferenças culturais são articuladas e negociadas.

Esses “interlugares”, ou pontos de interseção, proporcionam um terreno fértil para a criação de estratégias de subjetivação singulares ou coletivas, que geram novos significados atrelados às identidades e abrem espaço para formas inovadoras de colaboração. Aplicando essa perspectiva à instituição-museu, podemos considerar como as exposições e programas podem ser concebidos para refletir a diversidade de experiências e identidades presentes na sociedade. Isso envolve não apenas apresentar narrativas, mas também explorar os processos e momentos em que essas identidades são negociadas e redefinidas.

Ao examinar as reflexões de Koselleck (2006) sobre as transformações do conceito de história em um instrumento normativo de luta política, percebo que as narrativas históricas são intrinsecamente influenciadas por diferentes perspectivas e agendas políticas. Essa compreensão dinâmica da história ressalta a necessidade de uma análise crítica das representações históricas, especialmente no contexto da museologia da memória social das travestis.

Voltada a pontuar seu apagamento histórico, essa abordagem crítica visa não apenas reconhecer e dismantelar os estereótipos perpetuados ao longo do tempo, mas também reimaginar o museu como um espaço vivo onde memórias contemporâneas podem ser construídas. Conforme destacado por Nora (1993), a memória é sempre constituída por grupos vivos no presente, o que, relacionado ao que propõe Mombaça (2021, p.108), “permite a instauração performática de um outro mundo”.

É fundamental considerar, em consonância com as perspectivas de Pollak, (1992) e Canclini (2006) que a memória dentro da instituição museal é frequentemente objeto de disputa e não pode ser vista como neutra. A abordagem de Pollak (1992) ressalta que as narrativas históricas presentes nos museus são moldadas por poderosas forças políticas e sociais, refletindo agendas específicas e interesses particulares. Da

mesma forma, a visão de Canclini (2006) que o museu não é um campo neutro, mas sim um espaço onde diferentes narrativas e interpretações competem entre si, muitas vezes refletindo agendas de denúncia e responsabilização.

Nesse sentido, a organização das memórias dentro do museu não é apenas um exercício de preservação histórica, mas também uma forma de reconhecer e denunciar injustiças históricas. O museu, como instituição cultural, tem a responsabilidade de enfrentar essas questões e promover uma representação mais equitativa e inclusiva da memória social das travestis envolve reconhecer as vozes e experiências de grupos historicamente marginalizados, bem como confrontar e denunciar as injustiças e afrontas sofridas por elas ao longo da história. Assim, o museu se torna um espaço de resistência, reflexão e transformação social.

A museologia travesti visa transformar os museus em espaços de resistência e reflexão, reconhecendo as experiências de grupos marginalizados e confrontando injustiças. Para isso, é essencial promover a participação social, envolver comunidades nas decisões curatoriais, desenvolver ações educativas não apenas para o público, mas também para as/os funcionários do museu, criar exposições inclusivas, e documentar e preservar materiais. O investimento financeiro é crucial para que artistas travestis possam realizar projetos no campo da memória social, evitando a tokenização — onde a inclusão se limita a uma abordagem superficial, sem mudanças reais ou reconhecimento profundo das experiências desses grupos.

No entanto, todas essas ações, como nos ensina Vergès (2023), só serão possíveis se o museu estiver aliado a um programa de descolonização estrutural que vise a construção de um mundo pós-racista, pós-patriarcal, pós-imperialista e pós-transfóbico em toda a sua estrutura e práticas. Afinal, muitos programas institucionais se apresentam como decoloniais, mas frequentemente isso é apenas uma tentativa de esvaziar a verdadeira prática decolonial.

Portanto, ao estudar e representar a memória social das travestis, é fundamental adotar uma abordagem contextualizada. Isto é, os casos abordados revelam que a realidade das travestis e outros grupos marginalizados foi historicamente apagada, destacando a necessidade de descolonizar museus e instituições culturais para refletirem a diversidade social. Isso exige uma transformação estrutural que vá além de ações superficiais e inclua a participação ativa das comunidades marginalizadas, ações educativas para promover conscientização, e exposições representativas. Isso implica

em ouvir e respeitar as narrativas e experiências individuais e coletivas das diversas comunidades de travestis. Somente assim as instituições podem evitar generalizações e contribuir para uma representação mais inclusiva da memória social das travestis.

### **Considerações Finais**

O estudo e representação da memória social das travestis nos museus é um campo complexo e vital. Ao longo deste trabalho, explorei diversas perspectivas teóricas e práticas que contribuem para uma compreensão mais profunda da importância da presença e inclusão das identidades travestis nos espaços museais e culturais.

O movimento social quanto os museus têm enfrentado desafios significativos na representação e inclusão das experiências das travestis e, em especial, das mulheres travestis negras. Esses desafios incluem a dificuldade de superar o apagamento histórico e estereótipos, a necessidade de transformar estruturas institucionais para refletirem a diversidade real e a urgência de garantir que as narrativas e experiências dessas comunidades sejam representadas. É essencial ressaltar a importância do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) e do Arquivo da Memória Trans como modelos a serem seguidos por outras instituições. Essas iniciativas demonstram como os museus podem se tornar espaços de resistência, reflexão e inclusão, reconhecendo e valorizando as experiências de grupos marginalizados.

Ao analisarmos as interseções entre os estudos pós-coloniais, a Nova Museologia e os estudos da memória social, identificamos oportunidades para superar essas lacunas e promover uma representação mais inclusiva. Através de uma abordagem que reconhece e valoriza as diversas vozes e experiências. As referências da Museologia são discutidas em várias obras que abordam a inclusão e a representação das comunidades marginalizadas nos museus. Vergès (2023), argumenta que para descolonizar verdadeiramente os museus é necessário um programa que desafie as estruturas de poder existentes e promova uma transformação radical.

Para Gonçalves (2007), explora como os museus e coleções podem servir como espaços de reflexão sobre as relações sociais e simbólicas, e a necessidade de

reconsiderar a representação e a inclusão nas práticas museológicas. Esses autores fornecem uma base teórica essencial para entender como os museus podem evoluir para ser mais inclusivos e críticos, refletindo verdadeiramente a diversidade social e corrigindo o apagamento histórico de grupos marginalizados.

As reflexões sobre os "interlugares" e a importância de ir além das categorias conceituais tradicionais nos levam a reconhecer a complexidade das identidades travestis e a necessidade de uma representação que reflita essa diversidade. Isso implica em desafiar as narrativas históricas dominantes e confrontar as injustiças e afrontas sofridas por essas comunidades ao longo do tempo.

É crucial ressaltar a importância do diálogo contínuo e da colaboração entre os museus, as/os pesquisadoras/es, as/os ativistas e as próprias comunidades travestis. Somente através de um esforço conjunto e uma abordagem participativa, podemos avançar em direção a uma representação mais equitativa e inclusiva da memória social das travestis, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Em última análise, este trabalho destaca a necessidade premente de reconhecer e valorizar as vozes e experiências das travestis nos espaços museais, transformando os museus em locais de reconhecimento e celebração da diversidade humana.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Luma. **Travestis na escola: assujeitamento à ordem normativa**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASILEIRO, Castiel, Vitorino. Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude, N 1 Edições, 2022.

CANCLINI, Garcia. A Sociedade sem Relato. n. Antropologia e Estética da iminência São Paulo EDUSP, 2006.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99–127, abr. 2016.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para uma

Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória e um Mundo Pós-Moderno. 21. n. **Revista Estudos Históricos**, p. 17–36, 1998.

DESVALLÉES, André. A Museologia e os museus: mudanças de conceitos. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12-21, 1989.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro: Uerj**, n. 8, p. 21-34, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos**. César Benjamin; Carlos Almeida. [s.l.] PUC-RIO, 2006.

LIFSCHITZ, Javier. Os Agenciamentos Da Memória Política Na América Latina. v. 29, n. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 2014.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

MOMBAÇA, Jota. **Ñ Vão Nos Matar Agora. Coleção Encruzilhada**. São Paulo: Editora Cobogó, Versão Kindle, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das Travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**, In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1992. v. 10

\_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento, silêncio**, In: *Estudos Históricos*, v. 2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina” In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o Museu: programa de desordem absoluta**.

Mariana Echalar. [s.l.] Ubu Editora, 2023.